

FUNAI DAF Ren. 743
Protocolo 23 03/98
As



FUNAI - ADRX
Protocolo nº 348
Data 06/03/98

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data 1/1
Cod. XVD00529

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Administração Regional de Xavantina-MT

Pr. 2798794
F. 280
Ru. Am

DAF
Arquivado em 30/03/98
ASM

MEMO N.º05/ANTROPÓLOGO/AERX/98 N. Xavantina, 06/03/98

DO : ANTROPÓLOGO JORGE LUIZ DE PAULA

AO : ADMINISTRADOR REGIONAL

Sr. Administrador,

A Documentação
Aldeia Santos de Ma
DAF / FUNAI
Mat. SIAPE 1223
26/03/98

Venho por meio deste relatar a V.S^a. que encontrando-me na sala do Técnico Indigenista Alexandre Ramos Cristino, quando ali também se encontravam os Caciques Damião, da Aldeia Água Branca; Cipassé, da aldeia Etenheritipá; Ivan, da Aldeia Apowe e o Chefe do PIN Apowe, Tsetetó; presenciei uma discussão que revela a situação de tensão e os graves problemas enfrentados pelos índios da aldeia Água Branca, em função da indefinição sobre a demarcação da T. I. Marãiwatsede, pertencente a estes índios.

Os índios de Água Branca encontram-se sob forte pressão de seus vizinhos para definirem a sua situação fundiária, sendo freqüentes as ameaças de que caso estes não se mudem logo para as suas terras, terão de sair do local onde hoje se encontram, o qual faz parte do território pertencente ao grupo de Pimentel Barbosa.

Como se sabe, as divisões internas entre os Xavante são muito marcantes, tendo cada facção constituído um território próprio, cuja posse e direitos sobre seus recursos é razão freqüente para conflitos internos. Os membros da Aldeia Água Branca pertencem a uma das primeiras facções a separarem-se de Pimentel Barbosa, tendo tornado-se inimigos, cujos inúmeros conflitos encontram-se fartamente registrados na literatura e permanecem vivos na memória dos membros de ambos os grupos.

Em tempos imemoriais, os antepassados do grupo da Aldeia Água Branca, constituíram como seu território próprio a região por eles chamada de Marãiwatsede, tendo ali ficado isolados mesmo muitos anos após os contatos iniciais do grupo de Pimentel Barbosa. Porém, a sua região foi cedida pelo Estado a um grupo multinacional que ali estabeleceu-se, formando uma das maiores fazendas do mundo, a Fazenda Suiá-Missu. Nos anos 60, começaram a estabelecer-se os primeiros contatos com este grupo, através da própria fazenda e de missionários católicos. Em poucos anos, as doenças e os conflitos internos advindos do contato levaram o grupo a uma situação de iminente extinção. A solução encontrada para dar assistência ao grupo, com o aval do órgão indigenista, foi a transferência de todos os remanescentes para a Missão Salesiana de São Marcos, situada a uma enorme distância de seu território original, e onde já se encontravam outros grupos Xavante, dos quais eram tradicionais rivais. A convivência na Missão, evidentemente, não poderia perdurar por muitos anos e, segundo relatos, o seu êxodo se deu nas piores condições, tendo marchado por vários dias a pé, até estabelecerem-se na região do Rio Couto Magalhães, onde empenharam-se juntamente com os índios originários daquela região na retomada daquelas terras que encontravam-se ocupadas pela Fazenda Xavantina. Porém, logo foi restabelecida a posse de parte do território dos grupos das regiões dos Rios Couto Magalhães e Kuluene, houve um retorno massivo de seus membros, gerando desconfianças e desavenças com os índios originários de Marãiwatsede. Assim, foram forçados a uma nova mudança, indo ocupar terras na região de Areões. Ali também, a sua convivência pacífica com os índios da região não durou muito tempo, sendo impelidos a novamente mudarem-se. Encontraram abrigo em terras pertencentes à T. I. Pimentel Barbosa, onde ainda se encontram.

Porém, desde o início, a oposição do grupo de Pimentel Barbosa ficou evidente. Além disto, as terras que ocuparam são de má qualidade, muito degradadas pela ação de fazendeiros, os quais ainda permanecem poluindo com

Proc. 2798/94
Fls. 283
Rubrica: km



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Administração Regional de Xavantina-MT

agrotóxicos os seus mananciais e que também provocaram o desmatamento da maior parte de suas reservas naturais, encontrando -se dificuldade na obtenção de solos agricultáveis.

Tudo isto levou os índios a empenharem-se na recuperação de seu território tradicional, usando de todos os mecanismos disponíveis, apelando inclusive para a justiça, conseguiram reaver o direito de reocuparem aquelas terras. Porém, durante o processo, para tentarem evitar a reocupação, grupos econômicos e políticos da região orquestraram uma ocupação por posseiros sem-terra. Atualmente, estima-se que nas terras por direito pertencentes aos índios, existam cerca de 3.000 posseiros, o que criou um problema social relevante. Uma decisão da Justiça Federal determinou que as terras fossem demarcadas, exigindo porém que fosse feito o reassentamento dos posseiros. Apesar de inúmeras negociações entre a FUNAI e o INCRA, a desocupação do território ainda não foi efetivada. A resistência dos posseiros à sua retirada, garantida pelo apoio de fazendeiros e políticos da região, tem se revestido de caráter militarizado, encontrando-se estes fortemente armados e dispostos a repelir qualquer iniciativa dos índios ou da FUNAI. Por várias ocasiões, missões de órgãos públicos como a FUNAI e o INCRA, mesmo apoiadas pela Polícia Federal, foram forçadas a se retirar da região, sem poderem concluir os seus trabalhos. Recentemente, um assessor desta AER, o índio Bruno Omori Dumhiwe, o qual por mera casualidade passava pela região, ficou por várias horas retido no local, sob ameaça dos posseiros. Segundo o mesmo, os posseiros têm um esquema de vigilância muito bem organizado, detectando qualquer presença de índios ou servidores que supostamente possam estar interessados no assunto da demarcação, articulando-se com agilidade e agindo com violência e com poder de fogo.

Esta reação dos posseiros tem imobilizado os órgãos oficiais, os quais não estão cumprindo as determinações da Justiça. Ao mesmo tempo, a situação dos índios da Aldeia Água Branca vem se agravando. A reunião dos vários descendentes deste grupo formou a maior aldeia sob jurisdição da AER, com uma superpopulação e sem recursos naturais para a sua manutenção, o quadro de saúde da aldeia é muito grave, grassando entre seus membros diversas doenças, entre as quais a Tuberculose.

Na reunião supracitada, ficou evidente o pressionamento dos outros índios sobre o Cacique Damião, pela sua retirada da região, ficando claro que a situação está se tomando insustentável e que poderá ser gerado um conflito interno de conseqüências imprevisíveis.

Diante de tal quadro, venho solicitar o empenho de V.Sª. junto à Presidência, fazendo reconhecer a gravidade do problema e a responsabilidade que cabe à instituição na solução do mesmo, dando a agilidade que o caso requer. Ao mesmo tempo gostaria de sugerir, diante das características do problema, do modelo de reação organizada, violenta e em estilo militar dos posseiros; que fosse buscada uma intervenção do Exército Brasileiro, o qual tem condições técnicas para fazer a demarcação, bem como o suporte para enfrentar a resistência dos posseiros.

Atenciosamente,

JORGE LUIZ DE PAULA
 ANTROPÓLOGO/AERX

A Cooperação de Assessoria Jurídica e/ou Períciais em 13/08/94
Raimundo Lustosa Sobrinho
 Adm. Substituto
 Port. 1073/Preso-
 Funai/AFR